

Um estudo sobre a perda de biodiversidade reitera a necessidade de repensar urgentemente a economia global

Novas investigações sobre as principais causas da perda de biodiversidade no mundo lançam um apelo por uma reorganização urgente e profunda da economia global pós-pandemia, para evitar novos danos ao planeta.

O relatório sublinha que as atuais regras comerciais, políticas económicas, encargos da dívida, subsídios e formas de evasão fiscal, bem como o persistente incumprimento dos compromissos de financiamento pelos países ricos, não só prejudicam os esforços pela conservação da biodiversidade, como estão entre os principais fatores que provocam os danos ecológicos.

O estudo, conduzido por investigadores da Universidade de Lancaster, da Universidade da Colúmbia Britânica e da Universidade Duke, demonstra o incumprimento dos compromissos relacionados à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um importante tratado multilateral assinado com o objetivo de conservar a biodiversidade, utilizá-la de forma sustentável e partilhar equitativamente os seus benefícios.

Os investigadores consideram que a abordagem global para a definição das políticas ligadas à biodiversidade é inadequada — as discussões giram em torno das maneiras de trazer a natureza para dentro das regras existentes do jogo económico, em vez de examinar a forma como essas regras criam o problema em primeiro lugar.

O relatório também destaca que os investimentos em projetos de melhoria da natureza fazem pouco para conter o agravamento da crise da biodiversidade — porque os fatores económicos que impulsionam a crise continuam a ser ignorados. Os autores advertem que, embora o aumento do financiamento para ações ligadas à biodiversidade seja bem-vindo, os seguintes fatores económicos têm de ser abordados para que tais ações sejam eficazes:

- As normas existentes para regular o comércio e o investimento, cujo efeito é estimular um modelo de desenvolvimento que degrada a biodiversidade
- Um crescimento exponencial no financiamento público e privado das indústrias nocivas à biodiversidade
- As políticas de austeridade e liberalização do comércio, impostas de forma generalizada como condições de acesso aos mecanismos de apoio financeiro
- Os encargos da dívida nos países em desenvolvimento, que esgotam as finanças públicas e tornam impossível, para muitas nações, o investimento na conservação e utilização sustentável
- As desigualdades enraizadas ao nível internacional e nacional, para as quais o desenvolvimento económico nocivo à biodiversidade é apresentado como a única solução
- Subsídios públicos para atividades que prejudicam a biodiversidade, cujo volume excede largamente o investimento internacional em iniciativas para a sua preservação
- Evasão fiscal pelas elites ricas e as grandes empresas, que drenam ainda mais os cofres públicos

Os investigadores mostram que os países mais ricos não estão a cumprir as suas obrigações de financiamento previstas na CDB. Em vez disso, nos quase 30 anos desde o nascimento da CDB em 1992, os signatários do mundo rico só pagaram cerca da metade (58%) do que prometeram, enquanto continuam a promover agendas económicas que aprofundam as causas da perda de biodiversidade.

A Dra. Jessica Dempsey, do Departamento de Geografia da Universidade da Colúmbia Britânica, foi uma das investigadoras principais no estudo. Em suas palavras: "A nossa investigação mostra que, além de serem necessários mais recursos financeiros para conter a crise da biodiversidade, também é preciso repensar de forma mais ampla os mecanismos pelos quais as regras da economia estão a conduzir à sexta extinção. Precisamos olhar com atenção para elementos como a política fiscal e os direitos de propriedade intelectual, e até mesmo ideias inteiras que orientam o funcionamento da economia global — tais como aquelas que determinam o que significa para os governos ser 'financeiramente responsáveis', quando a história demonstra a ineficácia da austeridade em produzir bons resultados ambientais".

"Para fazer uma analogia com a atual pandemia, o FMI propôs recentemente pagamentos de solidariedade para o Sul Global" diz Lim Li Ching, da Rede do Terceiro Mundo. "Esta seria também uma boa medida para a biodiversidade, mas precisa de ser acompanhada de profundas mudanças estruturais — e o FMI poderia começar por parar de obrigar esses mesmos países a adotarem políticas de austeridade."

Os autores salientam que as desigualdades sociais em matéria de raça, género, classe e casta não só influenciam a forma como os efeitos da perda de biodiversidade são sentidos, mas também conduzem elas próprias à extinção e degradação ecológica, por forçarem injustamente os países em desenvolvimento e as comunidades com poucos recursos financeiros a adotarem estratégias de sobrevivência e desenvolvimento nocivas ao ambiente. Dessa forma, a justiça social e ambiental deve ser um elemento central nos esforços para enfrentar a crise da biodiversidade.

O relatório também se concentra nas dívidas — tanto monetárias como ecológicas — acumuladas pelo mundo rico às custas dos pobres. Os autores dizem que o pagamento destas dívidas é crucial, mas não pode ser realizado apenas pela concessão de mais financiamento através dos canais existentes — também é necessário um novo processo de regulamentação global para criar uma economia mais equitativa.

Os autores de *Muito além do défice: situar o financiamento da biodiversidade no contexto da economia global*, publicado pela Rede do Terceiro Mundo e pela Universidade da Colúmbia Britânica em maio de 2021, dizem que chegou a hora de agir, num momento em que a COVID-19 acelera o ímpeto para repensar a estrutura e a regulação da economia global.

[Num documento de síntese que acompanha o relatório completo](#), os investigadores **apresentam cinco recomendações** para modificar os processos económicos globais, de modo a deixarem de contribuir para a destruição da biodiversidade.

Assim, apelam aos 196 governos que são Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para que:

- 1) Eliminem o nexo entre dívida e austeridade, que alimenta o extrativismo e impede a implementação da CDB.**
- 2) Regulamentem as finanças e penalizem as indústrias que provocam danos à biodiversidade e aos direitos dos povos indígenas e comunidades locais.**
- 3) Assegurem que o financiamento da biodiversidade não impeça a implementação de mudanças transformadoras nem prejudique os objetivos da CDB.**
- 4) Reduzam as desigualdades de riqueza e poder aos níveis nacional e internacional, que impedem a execução de mudanças transformadoras.**
- 5) Atuem para eliminar as desigualdades de classe, casta, raça e género, que estão na base da perda de biodiversidade e impedem a sua conservação e utilização sustentável.**

O Dr. Patrick Bigger, do [Centro de Pentland da Universidade de Lancaster](#), um dos líderes do projeto, afirma: "Estamos a apelar por mudanças urgentes na abordagem, com fortes ações estatais e multilaterais coordenadas para regular e redirecionar o financiamento, de projetos que degradam a biodiversidade para outros que promovam uma recuperação económica benéfica ao ambiente. Para tal, é preciso reforçar as nossas instituições públicas e iniciar reformas profundas para transformar a política e o investimento público." E acrescenta: "O nosso estudo demonstra que o financiamento é frequentemente canalizado para projetos ineficazes, sem efeitos comprovados ou totalmente contraproducentes. Muitos desses projetos baseiam-se no chamado financiamento misto, que acaba por apoiar organizações privadas orientadas pelo lucro, em vez de ajudar diretamente os países com maior biodiversidade a protegerem os seus frágeis ecossistemas e as pessoas que os conservam e deles dependem".

Os autores do artigo são Patrick Bigger e Jens Christiansen, da Universidade de Lancaster, Jessica Dempsey, Adriana DiSilvestro, Audrey Irvine-Broque, Sara Nelson, Fernanda Rojas-Marchini e Andrew Schuldt, da Universidade da Colúmbia Britânica, e Elizabeth Shapiro-Garza, da Universidade Duke.

DOI:

Os autores estão disponíveis para entrevistas em várias línguas:

Patrick Bigger, do Reino Unido, em inglês: p.bigger@lancaster.ac.uk

Jessica Dempsey, do Canadá, em inglês: jessica.dempsey@geog.ubc.ca

Fernanda Rojas Marchini, em espanhol: fernanda.rm@alumni.ubc.ca

Jens Christiansen, em dinamarquês: j.christiansen@lancaster.ac.uk

Lim Li Ching, em inglês: ching@twnetwork.org